

O Parlamento Europeu aprovou como garantia de sustentabilidade das reformas e pensões a inclusão do setor privado, o que significa, como denunciou Marisa Matias, "fazer entrar de vez os regimes de pensões na economia de casino".

O documento elaborado e aprovado no âmbito do Parlamento Europeu, adotado terça-feira no plenário de Estrasburgo, é um relatório de iniciativa contendo princípios de legislação recomendados à Comissão Europeia. Ao contrário da intenção manifestada pelos promotores, não se trata de um documento para salvaguardar o sistema público de pensões, uma vez que, como salientou a eurodeputada do Bloco de Esquerda, deixa os rendimentos dos cidadãos ao fim da vida de trabalho dependentes do sobe e desce dos produtos financeiros.

"A proposta aprovada levanta vários problemas de fundo", salientou Marisa Matias, do grupo da Esquerda Unitária (GUE/NGL), eleita pelo Bloco de Esquerda. Um desses problemas é o aumento da idade de reforma para alargar o prazo de contribuição, "como se o desemprego não fosse o maior problema da união Europeia".

Outro dos problemas denunciados pela eurodeputada é o do "aumento da contribuição de quem trabalha reduzindo a contribuição dos patrões".

A situação mais gravosa é, porém, "incluir o setor privado como garantia de sustentabilidade das reformas e pensões, o que é fazer entrar de vez os regimes de segurança social na economia de casino".

"Perante um mercado financeiro voraz e sem limites vai-se buscar às reformas e pensões e insiste-se em que as pessoas comprem produtos financeiros para terem uma vida digna ao fim de uma vida de trabalho", advertiu Marisa Matias. A eurodeputada do BE sublinhou que ao contrário do que defende a maioria responsável por este documento, "a dignidade ao fim de uma vida contributiva só pode ser defendida por sistemas públicos universais que não cortem a cadeia de solidariedade entre as gerações".